

RECURSOS HÍDRICOS E DESERTIFICAÇÃO

A água é um **recurso** fundamental e, no Mediterrâneo, um fator limitante com fortes repercussões nas outras dimensões do capital natural. O acesso à água de boa qualidade e em quantidade adequada é uma prioridade para o Homem e um fator de competitividade, diretamente ligado ao desenvolvimento económico e ao bem-estar social, assumindo especial importância a respetiva gestão, num contexto de adaptação às alterações climáticas.

A **Lei da Água** (Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro) promove a utilização sustentável da água baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis, através dos **Planos de Gestão de Região Hidrográfica**, em que a melhoria e a recuperação da qualidade dos recursos hídricos constituem objetivos fundamentais.

De forma muito sumária os **recursos hídricos** nacionais caracterizam-se por (PNA, 2015):

- **irregular distribuição** espacial, com valores de precipitação média anual da ordem dos 950 mm, variando entre cerca dos 3 000 mm e os 400 mm, com maior abundância no norte de Portugal Continental e na vertente atlântica e maior escassez a sul do rio Tejo e na vertente continental, respetivamente,
- **acentuada sazonalidade**, situação **típica do clima mediterrânico**.

As características da precipitação refletem-se no **regime de escoamento** onde as **assimetrias** a nível nacional e as **irregularidades sazonais e inter-anuais também são marcantes**. O regime hidrológico de grande parte da rede hidrográfica é torrencial, com exceção dos grandes rios que atravessam o país, alguns deles partilhados com Espanha, colocando Portugal numa posição de dependência.

A precipitação, por determinar a água disponível, e a temperatura, enquanto reguladora da evapotranspiração potencial, são variáveis climáticas fundamentais para os recursos hídricos. Estes, além dos fatores climáticos estão sujeitos a **pressões** associadas à sua exploração para os vários consumos, onde a **agricultura de regadio** tem um forte peso. Atendendo aos modelos climáticos é projetada para a Península Ibérica uma **diminuição da precipitação e um aumento da temperatura, o que reduzirá a disponibilidade de água**.

Os **territórios suscetíveis** ao fenómeno de **seca**, enquanto redução temporária da disponibilidade de água devida, por exemplo, a uma precipitação insuficiente, e de **desertificação** abrangem em Portugal Continental uma área considerável, tendo-se verificado um incremento das **áreas suscetíveis à desertificação**, nos últimos 50 anos (Del Barrio G. et al., 2010; Sanjuan et al. 2011). De acordo com o índice de aridez na década de 1960-1990 a percentagem de áreas classificadas como semi-árido eram de 28%, tendo em 2000-2010, aumentado para 45% (Figura 1).

As pressões sobre os recursos hídricos, aliadas ao fenómeno de desertificação, merecem particular atenção no Alentejo (bacia do Guadiana), no Nordeste do Algarve e na região Este de Trás-os-Montes e das Beiras.

As condições climáticas semiáridas, a forte variabilidade intra e inter anual da precipitação, com chuvadas repentinas de grande intensidade, o aumento da frequência, da intensidade e da duração das secas são uma realidade, tornando o território cada vez mais vulnerável. É por isso fundamental estabelecer uma estratégia que vise melhorar o uso, a eficiência na utilização, a gestão e conservação da água, potenciando sinergias e equilibrando a procura de água com os recursos hídricos disponíveis, contribuindo para a resiliência dos ecossistemas

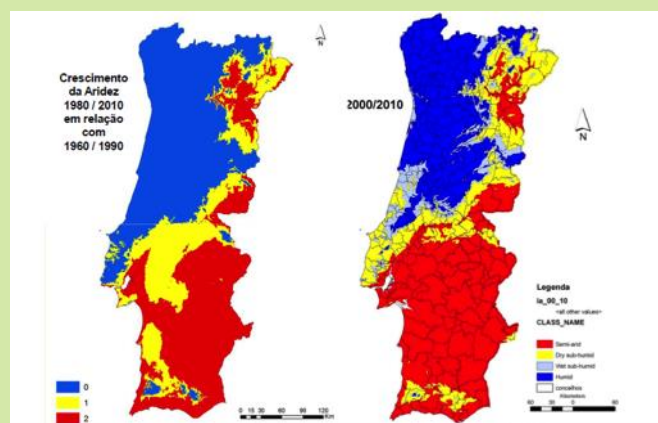


Fig.1 – Evolução do índice de aridez

Fonte: Sanjuan et al. 2011

A **estratégia de gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos** apresenta muitos desafios, devendo ser realizada de forma periódica e sistemática através de uma forte articulação entre o poder político e a análise custo/benefício das opções disponíveis para a respetiva gestão. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 refere-se a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, ou seja, garantir até 2030 um consumo seguro e acessível à água, saneamento e higiene.

Bibliografia:

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) Plano Nacional da Água: 2015.

Del Barrio G., Puigdefabregas J., Sanjuan M., Stellmes, M. and Ruiz A. Assessment and monitoring of land condition in the Iberian Peninsula, 1989-2000. Remote Sensing of Environment Vol. 114, No.8, 2010, pp. 1817- 1832. <https://doi.org/10.1016/j.rse.2010.03.009>.

Sanjuan M., Barrio G., Ruiz A. and Fabregas J. Assessment and monitoring of land condition in Portugal, 2000-2010. Relatório EEZA / DesertWatch Extension, 2011, Almeria.

Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro. Assembleia da República. Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 29 de dezembro de 2005.

MAIS INFORMAÇÕES

Links úteis:

<https://sig.icnf.pt/portal/home/item.html?id=0b30c87b509440e88968387a9a494046>
<https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>
<http://www.fenareg.pt/>

Centro de Competências na luta contra a DESERTificação
<http://www.ccdesert.pt>

Videos EIP-AGRI

Uso Eficiente de Água:
<http://www.rederural.gov.pt/index.php/videos?slg=uso-eficiente-de-agua&orderby=latest>

EIP-AGRI Service Point- Koning Albert II laan 15 - Conscience Building - 1210 Brussels - BELGIUM Tel +32 2 543 73 48 – servicepoint@eip-agri.eu – www.eip-agri.eu

Junte-se à rede EIP-AGRI!

Registe-se em www.eip-agri.eu onde pode encontrar parceiros, projetos, ideias e recursos para, em conjunto, acelerar a inovação na agricultura, florestas e horticultura